

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



## INEFICÁCIA DO PODER PÚBLICO QUANTO AO INCENTIVO DO REUSO FLUVIAL

### Autor(res)

Marcelo Larger Carneiro  
Gustavo Botelho Lopes

### Categoria do Trabalho

4

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE CAXIAS DO SUL

### Introdução

Usando como texto fundamental de nossa análise crítica a Lei Complementar nº 9.433/97 alterada via decreto presidencial em 15/07/2010 e sancionada pelo CN. Normativa essa, que visa trazer ordem a Política Nacional de Recursos Hídricos, tendo como ação mais relevante do ponto de vista da eficácia do sistema, a descentralização do Poder Público Federal, das responsabilidades administrativas, fiscalizatória e de planejamento das políticas, que passa a contar com o apoio dos Poderes Estaduais, Municipais, Agências Públicas e Conselhos formados por acadêmicos e sociedade civil. Entretanto, iremos ater nossa pesquisa exclusivamente no texto do Art. 2º, IV, inciso este incluído a popularmente conhecida “Lei das Águas” por força da Lei nº 13.501/17. O inciso em questão traz ao exegeta o seguinte texto: “Incentivar e promover a captação, a preservação e o aproveitamento de águas pluviais” é um dos objetivos principais da normativa, e incumbência da Política Nacional de Recursos Hídricos.

### Objetivo

Dar luz a inoperância dos poderes responsáveis pela implementação da norma em questão destacada, e através desse destaque, provocar a sociedade acadêmica a discutir sobre a entes da sociedade que comungam da prática de reaproveitamento de água pluvial usando com base comparativa o estudo publicado em 2018 pela Agência Nacional de Águas que trata da Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil.

### Material e Métodos

Essa pesquisa será feita através de uma exegese direta e limitada da nossa Carta Magna se atendo somente ao inciso X do Art. 167-A, CF/88, da mesma maneira interpretando a Lei Complementar nº9.433/97,IV. Com base no estudo Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, pag. 79 publicado em 2018 pela Agência Nacional de Águas buscamos provocar a especulação do impacto positivo que teria ao meio ambiente caso os Poderes Públicos tivessem posto em prática os deveres imputados a eles tanto no texto previsto na CF/88 quanto na Lei nº9.433/97,IV.

### Resultados e Discussão

Tendo em face o estudo Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil publicado em 2018 pela Agência Nacional de Águas, pág. 79 o potencial estimado de reuso planejado de efluente no Brasil gira em torno de 10 a 15m<sup>3</sup>/s se

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



comparado ao volume de 2m<sup>3</sup>/s praticado na ocasião do estudo, estamos muito a quem do nosso potencial. Caso os Poder Públicos cumprissem com suas obrigações descritas no inciso X do Art. 167-A, CF/88 e na Lei Complementar nº9.433/97,IV, criando projetos de incentivo, programas educacionais e fomentos a prática da reutilização de águas fluviais, poderíamos estar muita a frente nessa questão, poderíamos estar reaproveitando cerca de 4m<sup>3</sup>/s consumidos no planeta. Mas devido a ineficácia do sistema público e devido a morosidade dos trametes burocráticos, estamos aquém do nosso potencial no que diz respeito a reaproveitamento de água pluvial.

### Conclusão

Enfim, chegamos à conclusão de que por mais que tenhamos normas estabelecidas com o intuito de preservar os recursos naturais, não basta somente a normativa escrita, é necessário que haja uma maior eficácia dos órgãos competentes no que tange o reconhecimento através de subsídios e isenções fiscais a parte da sociedade que pratica bem feitorias no que diz respeito a reutilização de água pluvial. Também podemos identificar uma abstenção da sociedade civil quando a cobrança de tais fomentos.

### Referências

Agência Nacional de Águas (BRASIL). Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2018: informe anual. Disponível em: [https://www.snirh.gov.br/portal/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/informe\\_conjuntura\\_2018.pdf](https://www.snirh.gov.br/portal/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/informe_conjuntura_2018.pdf). Acesso em: 10 março 2024.

BRASIL. LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9433.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm). Acesso em: 10 março 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 10 março 2024.